

**SIMONE MIRANDA DE SOUZA**

**ENTRE A CRUZ E A ESPADA:  
O CONFLITO IGREJA – ESTADO (1969 – 1974).**

Londrina  
2008

**SIMONE MIRANDA DE SOUZA**

**ENTRE A CRUZ E A ESPADA:  
O CONFLITO IGREJA – ESTADO (1969 – 1974).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação Licenciatura em História, da Universidade Estadual de Londrina, como pré-requisito para conclusão de curso.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabel A. Bilhão

Londrina

**2008**



**SIMONE MIRANDA DE SOUZA**

**ENTRE A CRUZ E A ESPADA:  
O CONFLITO IGREJA – ESTADO (1969 – 1974).**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação Licenciatura em História, da Universidade Estadual de Londrina, como pré-requisito para conclusão de curso.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabel A. Bilhão

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Isabel A. Bilhão – Orientadora

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima da Cunha

---

Prof. Dr. Hérrnan Ramirez

Londrina

2008

## **AGRADECIMENTOS**

Texto já formatado

SOUZA, Simone Miranda. **Entre a cruz e a espada: O conflito igreja – estado (1969 – 1974)**. 2008. Monografia (TCC – História) – Universidade Estadual de Londrina.

## RESUMO

Esse trabalho tem a pretensão de analisar as relações entre Igreja Católica e o Estado no período de 1969 a 1974 a partir das leituras da Revista SEDOC (Serviço de Documentação) editada pela Editora Vozes. As mudanças ocorridas na Igreja após o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), passaram a ser implantadas no Brasil, por uma parte do clero, ao mesmo tempo em que aconteciam mudanças na conjuntura política do país, instituídas a partir da Ditadura Militar (1964-1985). As relações entre a Igreja e o Governo Militar, num primeiro momento chegaram a ser de cooperação, mas passaram, principalmente a partir da promulgação do Ato Institucional nº 5, a chegar a vias de conflito direto, onde de um lado pronunciamentos de clérigos atingiam o Governo e do outro os militares efetuavam prisões e torturas de membros da Igreja, expulsões de padres estrangeiros.

Palavras-chave: História Social; Igreja Católica; Governo Militar; Conflito.

SOUZA, Simone Miranda. **Entre a cruz e a espada: O conflito igreja – estado (1969 – 1974)**. 2008. Monografia (TCC – História) – Universidade Estadual de Londrina.

## **ABSTRACT**

Texto já formatado.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO. ....	08
CAP. 1 - A ESPADA: AS AÇÕES MILITARES. ....	17
CAP. 2 - A CRUZ: MUDANÇAS NA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL.....	26
CAP. 3 - A CRUZ E A ESPADA: O CONFLITO.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS. ....	43

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar como ocorreu o conflito entre Igreja e Estado, no Brasil, entre os anos de 1969 e 1974, a partir das leituras da Revista SEDOC (Serviço de Documentação), da Editora Vozes.

Este trabalho se insere no campo sócio – político. Nesse sentido, Aline Coutrot levanta um questionamento que nos parece importante para o enfoque do nosso trabalho: “Em que o religioso, particularmente o cristianismo, pode interessar à história do político?”<sup>1</sup> Qual seria a ligação entre a religião e a política durante os anos de 1969 e 1974 que levaram a um conflito entre a Igreja Católica e o Estado militar no Brasil? De acordo com Coutrot

Como corpos sociais, as Igrejas cristãs difundem um ensinamento que não se limita às ciências do sagrado e aos fins últimos do homem. Toda a vida elas pregaram uma moral individual e coletiva a ser aplicada *hic et nunc*; toda a vida elas proferiram julgamentos em relação à sociedade, advertências, interdições, tornando um dever de consciência para os fiéis se submeter a eles. Definitivamente, nada do que concerne ao homem e à sociedade lhes é estranho, mesmo que de uma época para outra a insistência em certos preceitos tenha eclipsado outros.<sup>2</sup>

Assim, a Igreja não fica a parte dos acontecimentos e das mudanças que ocorrem na sociedade, por isso, quando no período militar as configurações sociais foram alteradas, principalmente devido à perseguição política e ideológica, boa parte da Igreja sentiu a necessidade de posicionar-se frente às mudanças, mas a seu modo, e influenciada por pensamentos provindos da hierarquia eclesiástica, como as idéias do Concílio Vaticano II, o que não agradou aos militares.

Tal como é visto nesse trabalho, o conflito Igreja X Estado pode ser entendido como um conflito por poderes, ou melhor, um conflito de relações de poderes. Segundo Michel Foucault, o poder é entendido enquanto ação, ação esta que se exerce sobre outra ação possível. Assim, o poder não é uma substância ou

---

<sup>1</sup> COUTROUT, Aline. Religião e Política. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed UFRJ/ FGV, 1996. PP. 331 – 363.

capacidade, mas sim um ato de execução. Não se possui o poder, se exerce.

Mas, para Foucault, o poder não está localizado em nenhum ponto específico da sociedade, o que se tem é uma grande rede de relações de poder, sendo que estas relações estariam por todos os lados. Estas relações seriam estabelecidas entre indivíduos, ou seja, “sujeitos individuais e coletivos, que têm diante de si um campo de possibilidades, onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer.”<sup>3</sup> Assim,

[...] o Estado não é o ponto de partida necessário, o foco absoluto que estaria na origem de todo tipo de poder social e que também se deveria partir para explicar a constituição dos saberes [...]. Foi muitas vezes fora dele que se instituíram as relações de poder [...].<sup>4</sup>

Nosso trabalho privilegia as relações entre a Igreja e o Estado. Neste sentido pode ser inserido na linha de pesquisa do ‘Territórios do político’. Assim como analisa José D’Assunção Barros

O que autoriza classificar um trabalho historiográfico dentro da História política é naturalmente o enfoque no ‘Poder’. Mas que tipo de poder? Pode-se privilegiar desde o estudo do poder estatal até os estudos dos micropoderes que aparecem na vida cotidiana.<sup>5</sup>

Para analisarmos o conflito Igreja X Estado durante os anos de 1969 – 1974, é conveniente que, de maneira sucinta, façamos um panorama das relações entre as duas instituições desde o início da República.

Após a proclamação da República em 1889 as relações entre a Igreja e o Estado foram se distanciando cada vez mais. A separação entre as instituições se deu com o decreto de 07 de janeiro de 1890. De acordo com Jacqueline Hermann, para a Igreja a proclamação da República trouxe ao mesmo tempo os sentimentos de alívio e apreensão. Segundo Hermann, alívio porque permitia maior liberdade por parte da Igreja, que se viu livre do poder temporal. Ao

---

<sup>2</sup> Ibid., p. 334.

<sup>3</sup> FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. 6ªed. São Paulo: Edições Loyola, 2000. p.9

<sup>4</sup> MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. p. XIV

<sup>5</sup> BARROS, José D’Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 5ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p.109

mesmo tempo, apreensão, já que a Constituição de 1890 previa uma série de restrições à ação dos religiosos e como um todo à própria ação da Igreja. Hermann cita algumas das propostas da Constituição que afetavam diretamente o meio eclesial:

reconhecimento e obrigatoriedade do casamento civil, laicização do ensino público, secularização dos cemitérios, proibição de subvenções oficiais a qualquer culto religioso, impedimento para abertura de novas comunidades religiosas, especialmente da Companhia de Jesus, inelegibilidade para o Congresso de clérigos e religiosos de qualquer confissão.<sup>6</sup>

Durante a Primeira República, a Igreja conseguiu se reorganizar devido à sua liberdade de ação. Com Getúlio Vargas no poder, a Igreja e o Estado, reestabelecem meios de cooperação. Mesmo com a decretação do Estado Novo, em 1937, quando Vargas passou a exercer poderes ditatoriais, as relações entre a Igreja e o Estado não foram diretamente alteradas. A Igreja passou a ser um “braço social do Estado” e continuou assim durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, no segundo mandato de Getúlio Vargas (quando este voltou à Presidência da República através do voto, em 1950), com Juscelino Kubitschek, com Jânio Quadros e com João Goulart. Durante a década de 1950, podemos dizer que as boas relações entre o Estado e a Igreja atingiram o seu ponto máximo. Neste período, tanto a Igreja quanto o Estado defendiam posturas anticomunistas, o que os ligava ainda mais.

A década de 1960 presenciou muitas mudanças ideológicas, políticas e também religiosas. O anticomunismo atingiu o seu ponto máximo quando da deposição do presidente João Goulart, em 1964, através do golpe militar de 31 de março. O governo Goulart foi marcado pelo medo dos golpes. Em 1961, quando Jânio Quadros renunciou, uma parte dos militares, apoiados pela UDN e por vários setores conservadores, tentou aplicar um golpe (a partir do veto) para que o vice João Goulart, considerado um varguista e condescendente com os comunistas, não chegasse ao poder. A tentativa frustrada fez os militares suportarem Goulart até

---

<sup>6</sup> HERMANN, Jacqueline. “Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado”. In: FERREIRA, Jorge e; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excluyente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 123.

certa medida. Mas a efervescência do período, com grande agitação social e as propostas de Reformas de Base por parte do governo, colocou os militares, proprietários rurais, setores do empresariado nacional, parlamentares ligados, principalmente à UDN, investidores internacionais, segmentos expressivos da classe média e setores conservadores da Igreja Católica <sup>7</sup> em alerta. E, tendo como justificativa conter o avanço do comunismo no país, no dia 31 de março de 1964 os militares tomaram o poder. <sup>8</sup>

O movimento golpista que tinha como objetivos, de acordo com os militares, livrar o país do comunismo e manter a democracia, desde os seus primeiros momentos tentou moralizar o país e acabar com aquilo que chamavam de subversão. Já com o governo Castelo Branco, que foi o primeiro presidente militar, as informações secretas e a repressão fizeram parte do cotidiano da política brasileira. A Segurança Nacional era utilizada como argumento pelos militares. A oposição começou a sentir de perto o peso da repressão do regime militar.

A situação da oposição piorou consideravelmente com o governo de Costa e Silva e com a decretação do Ato Institucional número 5 (AI- 5), em dezembro de 1968. Um crescente número de estudantes, militantes católicos, religiosos, intelectuais, entre outros opositores foram perseguidos, presos e torturados. Os antecedentes do AI-5 foram marcados pelo aumento da oposição através de passeatas, greves, manifestações de estudantes e denúncias públicas, como a realizada pelo deputado Márcio Moreira Alves, que enfatizava a existência de torturas e forte repressão por parte do governo. Para não perder o controle total da situação, o AI-5 foi utilizado ao longo de quase 10 anos como forma de manter a oposição em seu lugar.

O governo Médici permitiu que as Forças Armadas atacassem diretamente a oposição, segundo Kenneth Serbin, “o uso da tortura para extrair informações foi claramente uma política do regime militar” <sup>9</sup>, o que resultou numa

---

<sup>7</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. “Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 104

<sup>8</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o golpe de 64**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.

<sup>9</sup> SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na Sombra: Bispos e militares, Tortura e Justiça Social na**

quantidade significativa de mortos e desaparecidos<sup>10</sup>.

Ao mesmo tempo em que o Brasil estava passando por mudanças profundas em seu sistema político, a Igreja também passava por transformações. Entre elas, as resultantes da criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, em 1952. Ainda segundo Serbin,

A CNBB serviu de defensora da Igreja brasileira em nível nacional e internacional, promoveu assembléias bianuais (e mais tarde anuais) e levantou numerosos problemas da Igreja, inclusive o da necessidade de estabelecer estratégias pastorais e políticas nacionais.<sup>11</sup>

A figura da CNBB é de extrema importância para percebermos que o clero católico brasileiro estava organizado em torno de um núcleo comum que estabelecia decisões e colocava os bispos em um mesmo plano, apesar de considerarmos que a Igreja não era homogênea quanto às suas idéias. Outro fator de extrema importância para entendermos a postura da Igreja brasileira é a influência direta do Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 - 1965. Nesse sentido, afirma Márcio Moreira Alves que

A multiplicação e o desenvolvimento das iniciativas destinadas a fortalecer a estrutura da Igreja datam de 1952, quando da fundação da CNBB, mas o seu impulso definitivo pode ser datado de 1962, quando se realizou a primeira sessão do Concílio Vaticano II.<sup>12</sup>

O Vaticano II promoveu uma série de mudanças que tentavam aproximar a Igreja de seus grupos leigos, ou melhor, do que o próprio Concílio definia como 'povo de Deus'. As decisões tomadas nesse Concílio deram ênfase à justiça social e aos direitos humanos.

Em 1964, quando ocorreu o golpe militar<sup>13</sup>, a Igreja, por ser

---

**Ditadura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 94

<sup>10</sup> De acordo com dados divulgados pela Comissão de Familiares, em 1996, a luta do governo contra a oposição resultou em 138 desaparecimentos e 184 mortes. Ibidem. p. 94

<sup>11</sup> SERBIN, op. cit. p.98.

<sup>12</sup> ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a Política no Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1979. p.56.

<sup>13</sup> Segundo Samuel P. Huntington, golpes de Estado seriam organizados por uma organização política, com o objetivo de afastar, de forma ilegal, os governantes, se utilizando de meios violentos, ou da ameaça de seu uso. Dessa forma, o golpe dos militares teria como objetivo acabar com o aumento da participação política. Daniel Aarão Reis Filho sugere que a tomada dos militares

composta por diferentes grupos e linhas de pensamento, já percebia uma diferença entre os conservadores e os progressistas<sup>14</sup>, estes últimos apoiavam as reformas de Goulart. Estas diferenças decorriam de que, conforme Delgado e Passos,

[...] as propostas e as novas formas proclamadas não se situam em nível de toda a Igreja. São próprias de alguns setores mais avançados de leigos, padres e bispos que procuravam outros passos, favorecendo um diálogo maior com a história, buscando uma maior participação de seus membros, em vista da construção do que entendiam ser uma comunidade livre, justa, solidária e fraterna. A Igreja Católica não é um bloco homogêneo.<sup>15</sup>

Se o Concílio propunha mudanças, não foram todos os padres e bispos que as aceitaram logo de início, pelo fato de não conseguirem romper com a tradicionalidade incorporada em suas ações. Neste caminho podemos associar à cisão de apoio ao golpe. Uma parte considerável do clero apoiou o golpe como uma forma de combater o comunismo e o marxismo que tanto ameaçavam a ortodoxia da Igreja, enquanto que alguns mantiveram desde o início uma posição contrária à ditadura.

Mas, com o desenvolvimento da ideologia de segurança nacional, a própria instituição católica brasileira como um todo começou a sofrer o peso da repressão. As relações entre o Estado e a Igreja começam a se tornar ásperas e difíceis. Conforme Michael Löwy

Como em uma espiral ascendente, a participação de militantes cristãos nas ações consideradas subversivas foi acompanhada por uma repressão que se tornou cada vez mais brutal – prisões, estupros, torturas, assassinatos – contra pessoas relacionadas com a Igreja, e até contra membros do clero (especialmente das ordens

---

seja chamada de movimento político militar, que limitou, mas não anulou definitivamente o regime democrático liberal. AARÃO, Daniel dos Reis Filho. **A Revolução Faltou ao Encontro: Os Comunistas no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990. HUNTINGTON, Samuel P. **El orden político en las sociedades en cambio**. Buenos Aires: Paidós, 1972, pp. 197-201.

<sup>14</sup> Os progressistas tinham como figura de destaque o bispo Dom Hélder Câmara. Os bispos progressistas pregavam contra a violência empregada pelo Governo e contra a injustiça social. Os conservadores eram representados pelo Bispo de Diamantina (MG), Dom Geraldo de Proença Sigaud. Os conservadores denunciavam a subversão e apoiavam, em muitos pontos, o regime militar. SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 270-271.

<sup>15</sup> DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 98.

religiosas), sobretudo após o Ato Institucional nº 5 (AI – 5), de dezembro de 1968, que aboliu as liberdades civis e garantias jurídicas ainda existentes.<sup>16</sup>

Uma parte da Igreja reagiu contra o governo militar, quando percebeu que este não estava cumprindo o que havia proposto quando do golpe, e ainda estava passando dos limites na repressão. Os clérigos começaram a defender os direitos humanos e a denunciar publicamente as torturas cometidas pelo regime. Além de que, seguindo as mudanças propostas pelo Concílio Vaticano II, trabalhavam para a ocorrência de mudanças sociais.

Feita essa breve contextualização seria importante demonstrar o que nos levou ao recorte temporal de 1969 - 1974. Escolhemos iniciar a análise no ano de 1969 levados pela leitura da Revista SEDOC, apesar de sua publicação ter se iniciado no ano de 1968 é no ano seguinte, 1969, que podemos perceber uma maior relevância no tratamento das questões referentes ao conflito propriamente dito. O ano de 1969 foi também um ano de reflexões sobre o recém acontecido encontro da II Assembléia Geral da Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM), realizado em Medellín, Colômbia, no ano de 1968, os clérigos defendiam a justiça social e condenavam o subdesenvolvimento e a violência na América Latina. Enquanto o Concílio Vaticano II tinha dimensões de mudanças globais, o de Medellín vinha atender as necessidades mais diretas do Brasil e de seus países vizinhos. Dessa forma, nossas fontes sempre nos encaminharam para o ano de 1969, quando o conflito passou a ter dimensões nacionais. Houve sim breves conflitos antes de 1969, mas mantiveram-se em âmbito regional, ou foram de menor relevância.

Para fechar nosso recorte temporal escolhemos o ano de 1974, também encaminhados pelas nossas fontes, já que o ano de 1974 foi o último de publicações constantes que tinham como tema central as relações entre Igreja e Estado. O ano de 1974 é importante também pelo fato de ter sido o último do mandato do general Emílio Garastazú Médici, que continuou a repressão lançada pelo AI-5. Como diz Skidmore

---

<sup>16</sup> LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Trad. Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 142.

Visto pelas suas aparências, o governo Médici foi de relativa calma. Não houve marchas estudantis, piquetes de trabalhadores em greve, nem comícios com a costumada oratória demagógica. Ou, pelo menos, nada que o grande público pudesse ver ou saber. A repressão e a censura do governo eram a razão principal.<sup>17</sup>

Este trabalho justifica-se pelo fato de demonstrar que um período tão explorado como o do regime militar brasileiro, pode abrir-se às mais variadas interpretações. Pretendemos analisar, a partir das leituras da Revista SEDOC, como o regime militar lidava com as mudanças e nas manifestações públicas da Igreja Católica, divulgadas nos meios de comunicação, através de cartas, etc., sobre os atos cometidos pelos militares, o que se configura como pano de fundo para o real conflito entre Igreja e Estado. Entendemos que o conflito entre a Igreja Católica e o Estado, durante o período militar, não levou a uma ruptura total entre as duas instituições, mas geraram um desconforto muito grande para ambas as partes. Enquanto crescia entre os militares a desconfiança em relação a uma Igreja subversiva, as denúncias por parte dos bispos de um governo autoritário e que estava violando os direitos básicos dos homens também aumentava em grande escala.

Como foi mencionado, para a discussão do tema proposto serão utilizadas como fontes as Revistas SEDOC, que significa Serviço de Documentação<sup>18</sup>. Sendo que estas são publicadas mensalmente, menos no mês de janeiro de cada ano, pela Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil através do Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis. Sua publicação iniciou-se no ano de 1968 e continua até os dias de hoje.

A Revista SEDOC traz os documentos mais relevantes da Igreja e, é dividida em sete seções: João Paulo II, Sedoc Santa Sé, Sedoc Sínodo dos Bispos, Sedoc Internacional, Sedoc Ecumenismo e Diálogo Inter-religioso, Sedoc América

---

<sup>17</sup> SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 215.

<sup>18</sup> "Serviço de Documentação, revista mensal, aparece na 2ª quinzena do mês. O preço da assinatura é de Cr\$ 350,00 para o Brasil e de 28 dólares americanos para o estrangeiro, porte simples, e 35 dólares americanos, porte aéreo. A revista será expedida sob registro postal só mediante encomenda expressa. Toda correspondência relativa à administração (como sejam pedidos de assinaturas, pagamentos, reclamações) se dirija à Editora Vozes Limitada, Petrópolis, Estado do Rio. Assuntos concernentes à Redação enviem-se ao redator. A inclusão de documentos a nós enviados fica a critério do corpo de redatores." **SEDOC**, Petrópolis, nº 11, jan/fev. 1979. P. 704.

Latina e Sedoc Brasil. Os documentos publicados são escolhidos pela própria redação da revista, que procura levar em conta o grau de importância do documento para a publicação. Além dos documentos oficiais da Igreja são publicadas ainda na revista, notícias de jornais da época, que tratam tanto de pronunciamentos de clérigos, quanto de declarações de militares, também são publicadas cartas endereçadas, pelos clérigos ou pelos militares, diretamente à revista.

Em relação à Revista SEDOC pretendemos nos limitar a análise de alguns artigos da seção Sedoc Brasil, de 66 volumes, do período de 1969 – 1974, que foram previamente selecionados. Neste ponto precisamos fazer uma ressalva: nossas fontes permitem uma grande exploração devido à diversidade e quantidade de artigos, mas, devido à natureza de nosso trabalho, não será feita a análise de sua totalidade, podendo ser explorados em trabalhos posteriores.

Denominamos nosso primeiro capítulo de **A espada: as ações militares**, onde pretendemos analisar as principais formas de ação dos militares no período após o golpe, enfatizando os anos entre 1969 e 1974, ressaltando como eram suas ações, como torturas, mortes e desaparecimentos, que a Igreja tanto condenava.

No segundo capítulo, intitulado de **A Cruz: as mudanças da Igreja Católica no Brasil**, procuraremos contextualizar a Instituição – Igreja Católica – em seu momento de mudança. As influências do Concílio Vaticano II e do CELAM em Medellín, Colômbia, em 1968.

E, em nosso terceiro capítulo, **A Cruz e a Espada: o conflito**, almejamos identificar como ocorreu o conflito Igreja-Estado, durante o período de 1969 – 1974, a partir dos artigos da Revista Sedoc.

## CAPÍTULO 1: A ESPADA: AS AÇÕES MILITARES

A instauração do Regime Militar de 1964 teve por base os argumentos desenvolvidos pela Escola Superior de Guerra (ESG). Esta foi fundada em 1949, tendo como objetivo preparar pessoal capacitado para exercer funções de direção e planejamento da Segurança Nacional. Nesse sentido, Maria Helena Moreira Alves comenta sobre o papel desempenhado pela ESG:

Seu papel foi ampliado no mesmo ano, passando a incluir o desenvolvimento de um 'método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares que condicionam o conceito estratégico'. O desenvolvimento de teorias da guerra fria resultou em ênfase para interpenetração de fatores políticos, econômicos, filosóficos e militares na formulação da política de segurança nacional, passando-se a dar crescente prioridade ao adestramento em teoria do desenvolvimento.<sup>19</sup>

Os militares que seguiam essa doutrina<sup>20</sup> tiveram importante participação em acontecimentos políticos que ocorreram no Brasil entre os anos de 1954 e 1964.

Entre outros fatores: os militares pressionaram pela renúncia do presidente Getúlio Vargas, em 1954. Anos depois foram ainda os militares, aliados ao partido UDN (União Democrática Nacional), que pretenderam impedir que o presidente eleito, Juscelino Kubitschek, assumisse o cargo, já que o consideravam herdeiro das idéias getulistas<sup>21</sup>. A Revolução Cubana e a ameaça do avanço do comunismo na América Latina colocaram os militares em alerta. O anticomunismo<sup>22</sup>

---

<sup>19</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964 – 1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 24.

<sup>20</sup> “A doutrina da ESG subdividia o poder nacional em quatro poderes, ou seja, em políticos, econômicos, militares e psicossociais. O regime militar instaurado em 1964 se filiava, desde o seu início, a estes fundamentos. A formulação da escola Superior de Guerra sobre os aspectos psicossociais foi, indubitavelmente, o fio condutor seguido pela ditadura no seu intento de ganhar aceitabilidade e adesão para seus propósitos a partir da constante divulgação que ela estava preocupada com o desregramento dos costumes e o desrespeito dos valores mantenedores das instituições básicas da sociedade e de sua fórmula de democracia.” REZENDE, Maria José. **A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de legitimidade (1964-1984)**. Londrina: EDUEL, 2001. p.42

<sup>21</sup> Cf. SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 19 seq.

<sup>22</sup> “[...] anticomunismo como um conjunto de idéias, de representações e de práticas de oposição sistemática ao comunismo.” RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho: imaginário**

passou a ser uma bandeira para as ações dos militares<sup>23</sup>.

A renúncia de Jânio Quadros, em 1961, marcou a história do Brasil. Segundo uma das hipóteses sobre sua renúncia, Jânio estaria deslumbrado com a idéia de que sua renúncia não seria aceita e que o povo clamaria por sua volta ao poder, desiludiu-se logo que percebeu a iniciativa das massas populares para que seu vice, João Goulart, assumisse a presidência da República.<sup>24</sup> Mas, alguns setores conservadores, juntamente com uma parte dos militares – ligados a ESG – tentaram aplicar um veto à posse de Goulart. Por ter sido ministro do Trabalho no governo de Getúlio Vargas, Goulart era visto como um adepto das idéias populistas e comunistas. Por pressão de determinados grupos, como afirma Caio Navarro de Toledo, “as manifestações populares, associadas com a dos políticos democráticos e de militares nacionalistas, conseguiram impedir o golpe militar que se configurava em agosto de 1961”,<sup>25</sup> João Goulart assumiu a Presidência, mas com poderes restritos, devido à imposição do sistema parlamentarista.

A postura de João Goulart frente “a crise econômica e ao avanço político-ideológico das classes populares e trabalhadoras”<sup>26</sup>, as medidas governamentais utilizadas em sua administração, a política econômica do governo, pareciam ir contra o que os militares desejavam de um governante que não apoiasse as idéias comunistas.

Tendo como justificativa a democracia e afastar o “perigo comunista”, em 31 de março de 1964, foi deflagrado um movimento político – militar que instauraria no país um regime autoritário. Desde os primeiros instantes após o golpe, os militares pretendiam conseguir apoio para a nova forma de governo, para isso insistiam que as suas ações e atitudes eram para garantir a verdadeira democracia, que, segundo eles, João Goulart estaria colocando em mãos erradas.

A busca pela democracia não impediu que se estabelecesse um governo de exceção. Apoiados em idéias defendidas pelo Instituto de Pesquisa e

---

**anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945 – 1964)**. Passo Fundo: UPF, 2003. p. 28.

<sup>23</sup> SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na Sombra: Bispos e militares, Tortura e Justiça Social na Ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.89.

<sup>24</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.8.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p.8.

Estudos Sociais (IPES) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), para os militares a democracia estaria ligada à luta contra as reformas de base, as ideologias não-cristãs e as organizações sindicais e trabalhistas com posicionamentos de esquerda. Com isso, a democracia estava vinculada à postura de combate ao comunismo.<sup>27</sup> Neste discurso de busca da democracia, todas as atitudes para alcançá-la, para os militares, eram consideradas válidas. Neste sentido, afirma Maria José de Rezende

Ficava evidenciado mais uma vez que o regime militar se debatia para inventar um pretenso ideário de democracia singularizado por atos de exceção, ausência de liberdade política, concentração dos poderes executivos, etc..<sup>28</sup>

A luta contra o comunismo deveria ser posta em prática pelos militares juntamente com a sua pretensão democrática. Havia um esforço dos militares e de outros setores conservadores em demonstrar para a população como o comunismo seria o aglutinador dos posicionamentos antinacionais, antidemocráticos, anti-esperança, anti-família, etc. Portanto, todos aqueles que fossem considerados coniventes com a “bolchevização” deveriam ser capturados e punidos pelo regime.

Foi com este clima de busca da idéia de democracia e luta contra o comunismo que se iniciou um regime autoritário. Às pressas, o Congresso elegeu o general Humberto de Alencar Castello Branco, um dos líderes do golpe, para a Presidência da República. Após a posse já começaram as modificações legais para que os militares conseguissem colocar seus objetivos em prática. No dia 9 de Abril de 1964, foi decretado o primeiro Ato Institucional (AI-1). O AI-1 aumentava a força do poder Executivo enquanto diminuía as possibilidades de ação do Congresso, ainda com o AI-1 foram suspensas as imunidades parlamentares, o que autorizava a cassação de mandatos e a suspensão de direitos políticos por dez anos. Segundo Thomas Skidmore “os militares da linha-dura possuíam uma lista de cerca

---

<sup>26</sup> Ibid., p. 119.

<sup>27</sup> REZENDE, Maria José. **A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de legitimidade (1964-1984)**. Londrina: EDUEL, 2001. p.67.

<sup>28</sup> Ibid., p.72.

de 5000 inimigos cujos direitos políticos pretendiam suspender.”<sup>29</sup>

Nesses primeiros momentos do governo de Castello Branco, a repressão aos opositores do recém instituído regime, atingiu considerável número. Muitas notícias de torturas passaram a ser divulgadas.<sup>30</sup> De acordo com Skidmore

Quais foram as dimensões globais da repressão? Talvez em sua maior parte tenha ocorrido nos dez dias entre a deposição de Goulart e a eleição de Castello Branco, embora no Nordeste tenha continuado até junho. O número de detidos em consequência do golpe só pode ser estimado, pois não se divulgaram dados oficiais a respeito; provavelmente o total variou entre 10000 e 50000. Muitos foram libertados dentro de dias, e outros, de semanas. Chegaram talvez a centenas os que sofreram torturas prolongadas (mais de um ou dois dias).<sup>31</sup>

O governo de Castello Branco pretendia reformar o sistema econômico brasileiro aproximando-o do sistema capitalista, já que os Estados Unidos da América apoiaram o golpe militar<sup>32</sup>, para isso foi preciso que o governo enfrentasse uma situação econômica ruim, deixada pelos governos precedentes. Foi então lançado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) que tinha como objetivo diminuir o déficit no setor público, restringir crédito privado e reduzir os salários. O programa obteve êxito principalmente pela possibilidade de ação dos ministros do Planejamento e da Fazenda, que possuíam respaldo do regime, e a ajuda norte-americana.<sup>33</sup>

Também, durante o governo de Castello Branco que foi decretado o Ato Institucional número 2 (AI-2), reforçando ainda mais os poderes concedidos ao presidente da República. Mas, a maior inovação trazida pelo AI-2 foi o bipartidarismo. Suprimiu-se o pluripartidarismo, instituindo-se dois únicos partidos: a

---

<sup>29</sup> SKIDMORE. op. cit., p. 59.

<sup>30</sup> Os métodos iam desde socos, chutes e tapas até o chamado de ‘telefone’, que eram tapas que se aplicavam simultaneamente, com as mãos em posição de concha, nos dois ouvidos, ou o ‘pau-de-arara’, que era um pedaço de ferro roliço, passado entre os joelhos e os cotovelos flexionados, suspenso em dois suportes, de maneira que a vítima ficava de cabeça para baixo, como em posição de cócoras (o pau-de-arara geralmente vinha acompanhado de pancadas e choques elétricos). Arquidiocese de São Paulo. **Projeto Brasil: Nunca Mais – um relato para a história**. 19ª Ed Petrópolis: Vozes, 1986. pp. 34-42

<sup>31</sup> SKIDMORE. op. cit. p. 58.

<sup>32</sup> TOLEDO. op.cit., p. 107.

<sup>33</sup> FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. pp. 471 – 473.

Aliança Renovadora Nacional (ARENA), do qual faziam parte os favoráveis ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), onde se concentrava a oposição consentida. A postura dos militares defendia que o multipartidarismo seria um dos agravantes das crises políticas, além de facilitar a entrada de comunistas nos governos, por isso a necessidade de instituir somente dois partidos.<sup>34</sup>

Com a proximidade do término do mandato de Castello Branco, os militares da linha-dura<sup>35</sup>, que pretendiam um enrijecimento do regime, começaram a fazer pressão, tanto que conseguiram eleger para presidente um dos seus, o general Artur da Costa Silva, em 1967.

Passados os anos iniciais do regime, a partir de 1966, a oposição voltou a se reorganizar. Muitos protestos ocorreram no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife. Enquanto as manifestações contra o regime ocorriam, denúncias de prisões, torturas, desaparecimentos e censura, continuavam a acontecer <sup>36</sup>.

No ano de 1968, aconteceu, em vários países, ações de protestos, revoltas. Vários jovens se rebelaram na França pela transformação do sistema educativo, jovens norte-americanos protestavam contra a Guerra no Vietnã. Segundo Boris Fausto “buscava-se revolucionar todas as áreas do comportamento, em busca da liberação sexual e da afirmação da mulher. As formas políticas tradicionais eram vistas como velharias [...]” <sup>37</sup>. Os manifestantes, em várias partes do mundo, reivindicavam por vários motivos, e este contexto influenciou os estudantes brasileiros.

Naquele momento, no Brasil, em pleno governo Costa e Silva, as ações de grupos que optaram pela luta armada, como a ALN (Aliança Libertadora

---

<sup>34</sup> Ibid., pp. 474 - 475.

<sup>35</sup> Segundo Boris Fausto, os militares estavam divididos em dois grupos: os linha-dura e os castelistas. FAUSTO, op. cit., pp 470 - 474.

“O grupo castelista tinha, no plano político, o objetivo de instituir uma ‘democracia restringida’ depois de realizar as cirurgias previstas no AI – 1; no plano da economia, visava reforçar o sistema econômico capitalista, modernizando-o como um fim em si mesmo e como forma de conter a ameaça comunista.” p. 470

“Os grupos de linha – dura, adversários dos castelistas, (...). Eles pregavam a implantação de um regime autoritário com controle militar estrito do sistema de decisões para levar mais longe a luta contra o comunismo e a corrupção.” p. 474.

<sup>36</sup> FÉLIX, Loiva Otero e; SILVEIRA, Daniela Oliveira. **Escrevam porque as ditaduras não duram para sempre**. Passo Fundo: UPF, 2004. p.47.

Nacional) e a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), entre outras<sup>38</sup>, colocaram os militares em alerta contra a oposição. O descontentamento de vários setores da população, entre eles estudantes, membros da Igreja Católica e da classe média, levaram uma multidão às ruas para protestar contra o regime na chamada “Passeata dos Cem Mil”. Se não bastasse, ainda estavam ocorrendo greves de trabalhadores, como as de Osasco, São Paulo, e Contagem, Minas Gerais.<sup>39</sup> Por todos esses fatores, pareceu aos militares que o regime estava perdendo o controle da situação.

A 13 de dezembro de 1968, tendo como justificativa a negação da cassação do mandato do deputado Márcio Moreira Alves<sup>40</sup>, foi decretado o AI-5, que estipulava o fechamento do Congresso por tempo indeterminado, eliminava as liberdades civis e de imprensa, além de deixar o caminho livre para a ação repressiva contra a oposição. O AI-5 não possuía um prazo para o seu término, como aconteceu com os outros atos institucionais, tanto que sua vigência se estendeu até 1º de janeiro de 1979. Segundo Maria Helena Moreira Alves, as conseqüências mais importantes do AI-5 estão ligadas ao posicionamento do regime frente à oposição, em suas palavras

[...] terá sido (o AI-5) talvez que abriu caminho para a descontrolada utilização do Aparato Repressivo do Estado de Segurança Nacional. Crucialmente importantes a este respeito foram as restrições impostas ao Judiciário e a abolição do *habeas corpus* para crimes políticos. Podiam-se efetuar prisões sem acusação formal e sem mandato. Juntamente com as restrições ao Judiciário, isto impedia que os advogados e outros que defendiam os presos políticos de aplicar as garantias legais. Não podiam assim evitar sérios abusos de poder e a tortura de presos políticos. Por outro lado a ausência de um prazo de vigência do ato significava que os poderes extraordinários haviam-se tornado ordinários.<sup>41</sup>

Costa e Silva, afastado do governo devido a um problema cardíaco,

---

<sup>37</sup> FAUSTO. op. cit., p. 477.

<sup>38</sup> AP (Ação Popular), MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), COLINA (Comando de Libertação Nacional), MOLIPO (Movimento de Libertação popular).

<sup>39</sup> “Ao mesmo tempo ocorreram duas greves operárias agressivas – as de Contagem, perto de Belo Horizonte, e de Osasco, na Grande São Paulo. A greve de Contagem começou quando 1700 operários da Siderúrgica Mineira paralisaram o trabalho e tomaram seus diretores como reféns. Em uma semana, havia 15 mil trabalhadores parados, exigindo um aumento salarial de 25%. Após cerca de dez dias, um acordo pôs fim ao movimento.” FAUSTO. op. cit., p. 478.

<sup>40</sup> mma

não conseguiu cumprir todo o seu mandato. Para sucedê-lo deveria assumir o civil Pedro Aleixo, o vice-presidente. Mas, pelo fato dele ter discordado do AI-5, foi impedido de assumir o cargo de presidente. Uma Junta Militar assumiu o governo por algum tempo até que, em outubro de 1969, o general Emílio Garrastazu Médici foi eleito indiretamente para a presidência da República.

O governo Médici pode ser caracterizado como o de maior endurecimento do regime militar. Os movimentos de esquerda foram reprimidos, através de expulsões, prisões, torturas e mortes. A repressão e a censura se tornaram práticas comuns do governo Médici. Até mesmo a oposição legal, o MDB, chegou ao seu menor índice de participação no Senado e na Câmara de Deputados.

Além do sistema repressivo, o governo Médici se destacou pelo seu aparato propagandístico, organizado pelo coronel Octávio Costa. De maneira sutil, geralmente as campanhas publicitárias não faziam menção direta aos generais ou ao sistema de governo e também não mencionavam a guerrilha. Isto seria uma forma de desviar a atenção dos conflitos entre o governo e a oposição.<sup>42</sup> A campanha do coronel Costa usava termos e frases dos opositores, modificando-as para que parecessem ser uma preocupação do governo para com o povo. Neste sentido Kenneth P. Serbin demonstra que,

Por exemplo, 'abaixo a ditadura' tornou-se 'abaixo a ditadura dos preços'. O regime usou criativamente linguagem e símbolos religiosos para demonstrar sua adesão à cultura católica, por exemplo, ao incorporar declarações de encíclicas papais em descrições de programas do governo. Tomando emprestados temas cristãos, a propaganda 'espiritualizada' do coronel Costa falava com freqüência em amor, paz, harmonia social, solidariedade, participação e 'não-violência'.<sup>43</sup>

Os anos Médici fizeram parte do período chamado de "milagre econômico", que era uma combinação de crescimento econômico com baixas taxas de inflação. Durante este período de crescimento, o governo investiu em grandes projetos de infra-estrutura, como a construção de barragens e da rodovia

---

<sup>41</sup> ALVES. op. cit., p.135.

<sup>42</sup> FAUSTO, op. cit., p. 484.

<sup>43</sup> SERBIN, op. cit., p. 95.

Transamazônica. O investimento de capitais estrangeiros aumentou, assim como o comércio exterior, devido à ampliação das exportações e importações. Mas, o crescimento econômico do governo estava associado a um decréscimo das condições de vida da população. Neste período houve uma maior repressão aos trabalhadores, que não poderiam fazer greves, além de uma constante intervenção do governo no sistema sindical. Os trabalhadores passaram a receber menos, mas em compensação o acesso ao trabalho ficou mais fácil. Entretanto, isso não garantiu uma melhor distribuição de renda para o povo trabalhador.<sup>44</sup>

O governo seguinte ao de Médici, do general Ernesto Geisel, promoveria a chamada distensão, que seria um programa de liberalização controlada até o restabelecimento do governo nas mãos de civis, o que não significa dizer que o governo Geisel tenha acabado definitivamente com o autoritarismo e com as medidas de repressão. Esta distensão seria obtida por meio de planejamentos: primeiro ocorreria uma suspensão de parte da censura e um diálogo com a oposição, no que diz respeito aos direitos humanos. Em seguida seriam realizadas reformas eleitorais que permitissem um maior poder de escolha. A seguir seriam tomadas medidas para que o sistema repressivo, influenciado pelo AI-5, fosse revogado. Mas esta política de Geisel para a distensão foi intercalada com medidas repressivas, que visavam controlar os mais radicais.<sup>45</sup>

A 1º de janeiro de 1979 entrou em vigor a emenda constitucional número 11, que tinha como maior objetivo acabar com a vigência do AI-5. Com isso a oposição poderia voltar a agir com um pouco mais de liberdade. Assim, conforme Fausto:

A partir dessa data, o Executivo já não poderia declarar o Congresso em recesso, cassar mandatos, demitir ou aposentar funcionários a seu critério, privar cidadãos de seus direitos políticos. O direito de requerer *habeas corpus* foi também restaurado em plenitude. Ao mesmo tempo, a emenda nº 11 criou ao lado da figura já existente do estado de sítio as chamadas 'salvaguardas', pelas quais o Poder Executivo poderia decretar o estado de emergência e medidas de emergência. As últimas poderiam ser tomadas para restabelecer a ordem pública e a paz social em locais determinados, atingidos por

---

<sup>44</sup> FAUSTO, op. cit., p. 485 – 488.

<sup>45</sup> ALVES, op. cit., p. 186.

calamidades ou graves perturbações.<sup>46</sup>

O governo Geisel, ao mesmo tempo em que promovia mudanças rumo à abertura, ainda mantinha, por pressão de parte dos militares, a oposição sob controle e o governo na mão militar. A passagem do governo de Ernesto Geisel para o de João Baptista Figueiredo promoveria a continuidade no processo de distensão em direção à abertura política. O governo Figueiredo pode ser caracterizado como o da abertura política e do aprofundamento da crise econômica, além de ter sido o intermediário para o governo civil.

Assim como após 1964 os militares promoveram mudanças no país, devido ao tipo de governo que pretenderam criar e como faziam para sustentá-lo, a Igreja Católica também estava passando por reformulações, principalmente devido às influências externas. No próximo capítulo procuraremos analisar as mudanças na instituição católica.

---

<sup>46</sup> FAUSTO, op. cit., p. 494.

## CAPÍTULO 2: A CRUZ: MUDANÇAS NA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL

Com o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a Igreja Católica, também no Brasil, começou a sentir sinais da crise, que ocorria mundialmente, principalmente no que diz respeito ao decréscimo no número de sacerdotes, à falta de participação dos leigos e o crescimento de práticas religiosas alternativas, como o pentecostalismo e as religiões afro-brasileiras <sup>47</sup>. Como nos coloca Loiva O. Félix e Daniela O. Silveira

A crise do sacerdócio, uma constante preocupação da instituição, define-se pelo declínio na formação dos clérigos, pela formação precária desenvolvida no país, que não era bem vista pelos dirigentes europeus e que, por isso, acabava por nomear religiosos estrangeiros para assumir cargos de relevância na Igreja nacional. O problema da religiosidade leiga refere-se à escolha do apostolado leigo entre as classes médias, o que acabava por distanciar ainda mais a Igreja do movimento popular genuíno.<sup>48</sup>

Além dos fatores citados pelas autoras Félix e Silveira, no que diz respeito ao crescimento do pentecostalismo, principalmente da Congregação Cristã do Brasil e da Assembléia de Deus, temos o que Ralph Della Cava chama de contradição na conversão, que significaria o contato com um novo tipo de culto, (fato que acontecia geralmente quando os migrantes nordestinos chegavam à região Sudeste e se deparavam com novas formas de religiosidade diferentes às que vivenciavam) segundo ele, o pentecostalismo possui um tipo de “práxis inversa à católica” <sup>49</sup>. Diz Cava

Enquanto a estrutura deste [catolicismo] se estriba no clero, a daquele repousa nos leigos; um dá ênfase ao celibato, o outro ao casamento; um é hierárquico, o outro comunitário; um apresenta graus, o outro é igualitário.<sup>50</sup>

---

<sup>47</sup> SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na Sombra: Bispos e militares, Tortura e Justiça Social na Ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p.98.

<sup>48</sup> FÉLIX, Loiva Otero e; SILVEIRA, Daniela Oliveira. **Escrevam porque as ditaduras não duram para sempre**. Passo Fundo: UPF, 2004. p. 56.

<sup>49</sup> DELLA CAVA, Ralph. **Igreja e Estado no Brasil no Século XX**. Estudos CEBRAP. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências. n. 12. 1975. p. 27.

<sup>50</sup> *Ibid.*, p. 27.

Além de todos esses problemas, havia ainda a sempre presente ameaça de difusão do marxismo. Para o marxismo, a Igreja achava que estava perdendo a sua juventude, principalmente os jovens universitários da classe média.

Nesse contexto de crise uma inovação ocorrida na Igreja brasileira, e que mudou seus rumos, foi a criação da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), em 1952, por Dom Hélder Câmara, apoiado por Monsenhor Giovanni Montini, pouco tempo depois Papa Paulo VI. A CNBB foi uma das primeiras conferências de bispos criadas no mundo.<sup>51</sup>

Com a CNBB, D. Hélder pretendia “revitalizar as linhas de comunicação entre os bispos do país; superar as lacunas individuais dos membros do episcopado nacional, prover uma unidade mínima à administração cotidiana e a outros esforços da Igreja.”<sup>52</sup> A CNBB serviu como fator de coerência para a Igreja no Brasil, mesmo não havendo tal coerência entre os próprios bispos, eles permitiram que a CNBB redargüisse por eles. Nas palavras de Thomas Bruneau

[...] os bispos permitiram que a CNBB respondesse por eles aos políticos demagogos, aos organizadores esquerdistas, à incompetência do Presidente Goulart, etc. Quer dizer, a CNBB não se ajustava bem ao sistema tradicional, mas a sua invasão na autoridade dos bispos era tolerada porque estes sentiam a necessidade de uma resposta a fim de afirmar a ‘posição da Igreja’ em questões sociais e políticas.<sup>53</sup>

Pelo fato da CNBB ser um órgão autônomo em relação à instituição católica mundial, ela pôde defender idéias de mudança social que alteraram as relações da Igreja com o Estado brasileiro, e dela com outros grupos. Ainda segundo Bruneau,

Através dela [CNBB], as relações com outros grupos como a ACB [Ação Católica Brasileira], o Estado e os partidos políticos, puderam ser retomadas de maneira diferente do passado, e por causa dela, novos elementos na sociedade foram induzidos a participar de novos

<sup>51</sup> ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a Política no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979. p. 63.

<sup>52</sup> DELLA CAVA, 1975 apud FÉLIX, Loiva Otero e; SILVEIRA, Daniela Oliveira. **Escrevam porque as ditaduras não duram para sempre**. Passo Fundo: UPF, 2004. p. 57.

<sup>53</sup> BRUNEAU, Thomas C. **Catolicismo Brasileiro em Época de Transição**. São Paulo: Edições Loyola, 1974. p. 204

programas da Igreja.<sup>54</sup>

A CNBB ficou sob o comando de D. Hélder desde sua criação até o ano de 1964, quando D. Hélder foi transferido para ser arcebispo de Olinda e Recife. Pouco tempo depois do golpe, a cúpula da CNBB foi desorganizada, além do que começaram ataques diretos, por parte de alguns militares que estavam ligados aos que se encontravam no governo, contra membros do grupo da CNBB<sup>55</sup>.

Os anos de 1960 viram surgir no Brasil uma corrente nova na Igreja Católica chamada de 'Esquerda Católica'. Segundo Michael Löwy era um grupo, inicialmente de jovens do movimento estudantil católico, influenciados pela teologia francesa, pela idéias da economia humanista do Padre Lebret. Estes jovens faziam parte da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Operária Católica (JOC), logo estes movimentos se radicalizaram e se aproximaram das idéias de esquerda e socialistas <sup>56</sup>.

Deste movimento da Esquerda Católica desenvolveu-se o MEB (Movimento de Educação Base), um programa de alfabetização que tinha como objetivo conscientizar as pessoas. Nas palavras de Bruneau "conscientização significa, basicamente, um despertar de consciência" <sup>57</sup>. Na realidade o que foi o MEB? Bruneau explica,

[...] era um programa nacional nascido da experiência com escolas radiofônicas, lançada por Dom Eugênio Sales, em Natal, em 1958. Dom Eugênio visitara Dom Salcedo, em Sutatenza, Colômbia e de volta no Rio Grande do norte, fundou escolas radiofônicas semelhantes às de Sutatenza. [...] As escolas radiofônicas de Natal foram um sucesso e a Conferência dos Bispos (CNBB), através do setor de ação social, decidiu generalizar o empreendimento.<sup>58</sup>

Segundo Löwy, essa foi uma tentativa de levar para prática um fator de mudança social entre as classes populares, na qual seriam ajudados na

<sup>54</sup> BRUNEAU, op.cit., p. 205.

<sup>55</sup>Ibid., p. 216.

<sup>56</sup>LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Trad. Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. pp. 136 – 141.

<sup>57</sup>BRUNEAU, op.cit., p. 157.

<sup>58</sup>Ibid., p. 158.

conscientização e na construção de sua própria história.<sup>59</sup> O MEB funcionava principalmente nos locais menos desenvolvidos do país: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, e parte de Minas Gerais. A base de seu programa eram transmissões radiofônicas. A maioria das pessoas que trabalham nesse movimento eram membros da Esquerda Católica. O MEB foi extinto em 1961, antes do golpe militar.

Deste movimento da Esquerda católica surgiu, em 1962, a Ação Popular, que pode ser considerado, de acordo com Löwy, um movimento político desligado da igreja que se dedicou ao socialismo e às idéias marxistas e que se tornou, depois do golpe militar em 1964, uma das mais conhecidas organizações de esquerda do Brasil.

As transformações internacionais na Igreja contribuíram para legitimar as mudanças que estavam acontecendo na Igreja católica brasileira e favorecer a que novas modificações acontecessem. De 1962 a 1965, reuniram-se em Roma, “mais de 2 mil bispos e centenas de teólogos de todas as partes do mundo”<sup>60</sup>, para o Concílio Vaticano II.

No Concílio, foram reformuladas doutrinas e estruturas como uma forma de tentar retirar a Igreja Católica da crise que se acentuou após a Segunda Guerra Mundial. Entre outras coisas, foi aprovada no Concílio, a missa nas línguas nacionais, abolindo-se a missa em latim. O Concílio Vaticano II procurou em seus temas valorizar a posição do leigo, que era chamado de ‘povo de Deus’ para que este pudesse aumentar a sua participação nas questões da Igreja.<sup>61</sup>

Ainda, o Concílio Vaticano II enfatizou a justiça social, os direitos humanos e o diálogo, tanto dentro da própria instituição como com outras fés e pensamentos. No que diz respeito ao diálogo iniciado com o Vaticano II, Serbin comenta:

Depois do Vaticano II, a Igreja iniciou contatos com outras religiões e até mesmo o diálogo com o marxismo, o anátema do catolicismo tradicional. O papa Paulo VI (1963-78) instituiu um período de Ostpolitik, no qual a Igreja negociava com os países comunistas da

---

<sup>59</sup> LÖWY, op. cit., p. 139.

<sup>60</sup> SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 99.

<sup>61</sup> SERBIN, op. cit., p. 99.

Europa Oriental para salvaguardar a liberdade religiosa.<sup>62</sup>

Mesmo o Concílio não contando com a presença de muitos latino-americanos, tendo Dom Hélder e Dom Manuel Larraín, do Chile, como homens de pressão, as repercussões do Concílio nos países latinos puderam ser assimiladas<sup>63</sup>. No Brasil, a noção de diálogo teve papel importante para o momento que o país estava passando. A Igreja procurou um diálogo com o regime militar, de tal forma que foram criadas as reuniões da Bipartite (encontro entre bispos, leigos influentes na instituição católica e militares do regime, para discutir as relações entre Igreja e Estado).<sup>64</sup>

Outra ênfase do Concílio foram os Direitos Humanos, que passaram a ser a bandeira de frente de muitos bispos brasileiros, no momento em que o regime militar estava praticando torturas, perseguições, mortes. Mesmo havendo uma tentativa de diálogo entre os clérigos e os militares, a denúncia de violação aos direitos humanos, por parte de alguns bispos, continuou sendo constante.

Se o Concílio Vaticano II foi realizado em âmbito mundial, em 1968 realizou-se em Medellín, Colômbia, o segundo encontro do CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano). Este encontro foi uma tentativa, segundo Ralph Della Cava, de “traduzir os ensinamentos do Concílio Vaticano II em termos da realidade desta parte do Terceiro Mundo.”<sup>65</sup>

No CELAM, os bispos elaboraram uma declaração na qual pediam por justiça social e condenavam o subdesenvolvimento e a violência existentes na América Latina. Foi a partir da reunião de Medellín que se lançaram as bases para o surgimento da Teologia da Libertação, que serviu de apoio para a Igreja mais progressista. O CELAM serviu de suporte para a concretização de mudanças na Igreja brasileira. Nas palavras de Della Cava:

Naquele momento, Medellín foi a ‘graça redentora’ para a Igreja brasileira e, por isso mesmo, para o catolicismo em toda e qualquer

---

<sup>62</sup>SERBIN, op. cit. p. 101.

<sup>63</sup> Ibid., p. 99.

<sup>64</sup> Ibid., p.

<sup>65</sup>DELLA CAVA, Ralph. A Igreja e a Abertura, 1974-1985. In: KRISCHKE, Paulo J. e; MAINWARING, Scott. (Orgs.) **A Igreja nas bases em tempo de transição. (1974-1985)**. Porto Alegre: L&PM, 1986. pp. 13-46.

outra nação latino-americana onde o escândalo de governos militares deveria impiedosamente fixar raízes nos anos vindouros. Com o tempo, foi possível impedir gradualmente o êxodo marcado de um clero desencantado, a preocupação com as vitórias dos pentecostais transformou-se, de modo mais produtivo, na defesa da 'integridade institucional' da Igreja contra os assaltos de um regime ilegal, e a CNBB, antes polarizada, pôde convergir numa posição única, centrista, em defesa das liberdades civis e direitos humanos.<sup>66</sup>

A Teologia da Libertação foi um movimento teológico, surgido na América Latina, que se baseou em um corpo de textos, redigidos a partir de 1970, por teólogos como Gustavo Gutiérrez, Rubem Alves, Hugo Assmann, Carlos Mesters, Leonardo e Clodovis Boff, entre outros. Segundo Michael Löwy, nos textos da Teologia da Libertação podem ser identificados uma série de princípios, agrupados nos seguintes pontos:

1. A luta contra a idolatria (não o ateísmo) como inimigo principal da religião, [...].
2. Libertação humana histórica como a antecipação da salvação final em Cristo, o Reino de Deus.
3. Uma crítica da teologia dualista tradicional, como produto da filosofia grega de Platão, e não da tradição bíblica na qual a história humana e a história divina são diferentes, mas inseparáveis.
4. Uma nova leitura da Bíblia, que dá uma atenção significativa a passagens tais como a do Êxodo, que é vista como paradigma da luta de um povo escravizado por sua libertação.
5. Uma forte crítica moral e social do capitalismo dependente como sistema injusto e iníquo, como uma forma de pecado estrutural.
6. O uso do marxismo como instrumento socioanalítico a fim de entender as causas da pobreza, as contradições do capitalismo e as formas da luta de classe.
7. A opção preferencial pelos pobres e a solidariedade com a sua luta de auto libertação.
8. O desenvolvimento das comunidades eclesiais de base cristãs entre os pobres como uma nova forma de Igreja e como alternativa para o modo de vida individualista imposto pelo sistema capitalista.<sup>67</sup>

As influências tanto do Concílio Vaticano II quanto do CELAM, em Medellín, no ano de 1968, permitiram que a Igreja Católica brasileira buscasse mudanças na sua estrutura e seu modo de pensar, mesmo não sendo ela um bloco homogêneo, possuindo bispos com pensamentos e posicionamentos diferentes. Neste período de mudanças na instituição católica, o Brasil também estava

---

<sup>66</sup> DELLA CAVA, op. cit., p. 16.

<sup>67</sup> LÖWY, op.cit., p. 61.

sofrendo modificações políticas significativas com o regime militar, por exemplo, com um aumento na repressão, a censura, etc., e a Igreja precisava se posicionar frente a estes fatores, o que muitas vezes não agradou aos militares. Em nosso próximo capítulo pretendemos analisar as relações entre estas duas instituições a partir de textos publicados na revista SEDOC.

### CAPÍTULO 3: A CRUZ E A ESPADA: O CONFLITO

O período de 1969 a 1974 foi moldado pelas relações tensas entre a Igreja Católica e o Governo Militar. Do lado da Igreja, temos a concretização das mudanças que vinham sendo idealizadas desde o Concílio Vaticano II (1962-1965), e que foram aproximadas da realidade latino-americana com a realização da II Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM), em 1968, em Medellín, na Colômbia. Este novo posicionamento por parte da Igreja Católica brasileira vem de encontro à postura do Governo Militar, que mantinha a repressão, a tortura, a falta de liberdade de expressão, o não cumprimento da garantia dos direitos humanos. A Igreja Católica afirmava seu papel diante dessa situação:

Reafirmamos o que em novembro de 1967 proclamávamos: estamos decididos a aplicar os princípios do Concílio Vaticano II, das encíclicas sociais e, agora, da II Conferência Geral do Episcopado latino-americano, ainda que isto nos custe amarguras e dificuldades pessoais. É nossa responsabilidade ao pedido do Santo Padre, às necessidades do nosso povo, ao clamor da civilização.<sup>68</sup>

A Igreja estava disposta a levar adiante sua nova postura, a partir da aproximação com o leigo, pela defesa dos direitos humanos, mesmo que isso lhe custasse situações pelas quais não gostaria de passar. E foi isso o que aconteceu em sua relação com o Estado Militar. Durante alguns períodos do período militar as relações entre a instituição católica e o governo não foram das mais harmoniosas.

O conflito entre a Igreja e o Estado não levou a uma ruptura aberta entre as duas instituições, mas criou um ambiente de desconforto entre uma parte dos clérigos e uma fração dos militares.

Mesmo existindo este clima de conflito ocorria, tanto entre os militares quanto entre os membros da Igreja, uma tentativa de demonstrar que não havia um conflito declarado entre as duas instituições. Para o governo era interessante demonstrar que a Igreja não estava contra ele, o que facilitaria uma possível legitimação do regime entre a população <sup>69</sup>. De acordo com Thomas

---

<sup>68</sup> Dossiê Igreja-Governo. Significado de um Documento. **SEDOC**. Petrópolis, nº 2, p. 49, jul. 1969.

<sup>69</sup> BRUNEAU, Thomas. **Catolicismo Brasileiro em Época de Transição**. São Paulo: Edições

Bruneau, a atitude do governo era mostrar boas relações com a Igreja Católica. Nas palavras deste autor:

O governo faz questão de afirmar as suas relações amistosas com a Igreja. O Presidente e outras autoridades da cúpula, tanto civis como militares, não se cansam de proclamar a sua fé católica e o seu fervor no acolhimento de documentos pontifícios tais como a 'Populorum Progressio'. Por ocasião do já mencionado Congresso Eucarístico, o governo do Presidente Médici explorou todas as oportunidades para demonstrar essas calorosas relações; O Presidente recebeu D. Eugênio no aeroporto; todos os bispos foram convidados para uma recepção do governo; dois coronéis visitaram os bispos durante as sessões; o Ministro da Justiça compareceu a uma das sessões; e *Veja*, numa reportagem sobre o Congresso, afirmou que o encontro das duas ordens naquela ocasião, representou 'um novo tipo de relacionamento entre a Igreja Católica e o governo brasileiro'.<sup>70</sup>

Se o governo tentava demonstrar que não havia uma relação difícil com a Igreja, ela respondeu que o governo nada mais queria do que aproveitar-se do seu prestígio. Em um estudo feito pelos padres jesuítas, do Centro de Estudos e Ação Social de Salvador, na Bahia, sobre o Documento da Comissão Central da CNBB, de fevereiro de 1969 que tratava, entre outros assuntos, da relação Igreja – Governo, constatou-se que existia uma tentativa do governo em afirmar o bom entendimento entre as instituições. Segundo o relatório:

(...), políticos e algumas áreas militares procuram identificar as teses moderadas da Igreja com as do Governo. As reformas são desejadas por todos.<sup>71</sup>

Ainda de acordo como relatório, para o governo demonstrar que as relações com a Igreja eram boas, os militares procuravam se aproveitar da popularidade da Igreja:

(...), o Governo e Militares procuram aproveitar-se do prestígio da Igreja, ou, ao menos, neutralizar sua influência fazendo crer que entre a Igreja e o estado há um perfeito entendimento e exercendo pressões para confinar a ação da Igreja na esfera do 'estritamente espiritual'. Primeiro, procura-se aproveitar o prestígio da Igreja,

---

Loyola, 1974. p. 383.

<sup>70</sup> Ibid., p. 382. O Congresso referido trata-se do VIII Congresso Eucarístico Nacional, realizado em maio de 1970.

<sup>71</sup> Dossiê Igreja-Governo. Significado de um Documento. **SEDOC**. Petrópolis, nº 2, p. 41, jul. 1969.

fazendo crer que há um perfeito entendimento entre a Igreja e o Estado.<sup>72</sup>

Dom Geraldo Maria Morais Penido, arcebispo de Juiz de Fora, em Minas Gerais, em entrevista a um jornal local, chamado Diário Mercantil, e depois sendo publicado também no jornal Lar Católico, de 08 de novembro de 1970, reafirma que entre a Igreja e o Estado a convivência não é de conflito. Segundo o bispo:

Não vejo, em absoluto, entre o Govêrno e a Igreja, no Brasil, uma zona configurada de atrito, nem muito menos algo que se possa denominar de conflito. Ao contrário, o Govêrno Federal está muito animado na intenção do melhor entendimento, e tem demonstrado isto sempre. Ainda, agora, fêz à reunião da CNBB um emissário pessoal, pronto a prestar esclarecimentos e ao encaminhamento de providências que fossem julgadas necessárias. Por sua vez, a CNBB tem feito esforços para que se mantenha o entendimento ou se restabeleça, quando houver sido interceptado, com ou sem propósito de alguém, como ou sem culpa de terceiros.<sup>73</sup>

O que se tentava divulgar era que entre as instituições havia uma cooperação. Mas pouco do que acontecia entre as instituições era noticiado pela imprensa, que então convivia com a censura <sup>74</sup>. Não se pode dizer até que ponto o que era veiculado, com permissão do regime, condizia à realidade. Para se ter uma idéia, durante o ano de 1973, não foi permitido a publicação das declarações episcopais regionais e não era consentido, de forma alguma, mencionar a figura de Dom Hélder Câmara, o que indica que qualquer indício que poderia fazer referência ao conflito não deveria ser divulgado.<sup>75</sup>

Por parte do governo, não mencionar o conflito seria uma forma de demonstrar que a Igreja não estava contra as suas atitudes e, da parte da Igreja, o clima de conflito só impediria seu objetivo de dialogar com os militares. Os bispos

---

<sup>72</sup> Dossiê Igreja-Governo. Significado de um Documento. **SEDOC**. Petrópolis, nº 2, p. 41, jul. 1969.

<sup>73</sup> Declaração de D. Geraldo. **SEDOC**. Petrópolis, nº 3, p. 770, dez. 1970.

<sup>74</sup> "A censura, estabelecida depois do Ato Institucional nº5, é completa e atinge também declarações de Bispos, o noticiário referente aos padres, etc... Dom Hélder, por exemplo, não é mais notícia, e dos padres presos ou expulsos não se sabe mais nada." Dossiê Igreja-Governo. Significado de um Documento. **SEDOC**. Petrópolis, nº 2, p. 48, jul. 1969.

<sup>75</sup> BRUNEAU, Thomas. **Religião e politização no Brasil: A Igreja e o Regime Autoritário**. São Paulo: Edições Paulinas, 1979. p. 93.

tentavam deixar claro que havia uma atmosfera de colaboração entre eles e o governo.<sup>76</sup>

Entretanto, se a afirmação dos dois lados não era de conflito, como podemos explicar a perseguição a padres e bispos, declarações feitas pelos militares chamando os clérigos de comunistas ou subversivos, ou ainda os protestos da Igreja Católica pelos Direitos Humanos e pelo fim das torturas? A partir de levantamentos feitos pela Igreja pode-se ter uma noção da perseguição sofrida por vários de seus membros. Nas palavras de Keneth P. Serbin:

Uma contagem parcial feita pela Igreja entre 1968 e 1978 documentou a prisão de mais de uma centena de padres, sete mortes, numerosos casos de tortura, expulsão de estrangeiros, invasão de edifícios, ameaças, indiciamentos, seqüestros, infiltração de agentes do governo, censura, proibição de missas e encontros, além de vários documentos e publicações falsificados e forjados. Trinta bispos foram vítimas de repressão. Padres enfrentaram processos por causa de seus sermões e críticas ao governo, alegadas participações em organizações subversivas, por darem guarida a fugitivos, por defenderem os direitos humanos, por seu trabalho pastoral em movimentos populares e outras atividades. Além disso, A Igreja sofreu constantes ataques verbais de autoridades do regime, que iam desde reclamações contra suas atividades políticas até acusações de imoralidade sexual. 'Comunista' era um dos adjetivos usados com mais freqüência.<sup>77</sup>

Partes destas perseguições à Igreja podem ser compreendidas pela não aceitação dos militares das mudanças que a Igreja estava promovendo. Os militares não compreendiam o que a Igreja chamava de sua 'missão evangelizadora', o que para eles se tratava de subversão. Em uma carta assinada por 41 padres de Goiânia, pode-se perceber como a missão da Igreja era por eles compreendida:

Vemos, porém, com profundo pesar que, dia a dia, os esforços desta Igreja comprometida com o Evangelho, carta magna dos direitos do homem, têm sido barrados pela resistência mais arbitrária e injusta.

---

<sup>76</sup> Dossiê Igreja-Governo. Significado de um Documento. **SEDOC**. Petrópolis, nº 2, p. 40, jul. 1969.

<sup>77</sup> SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na Sombra: Bispos e militares, Tortura e Justiça Social na Ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 109. Ver o livro de Frei Betto, **Batismo de Sangue**, que faz referência ao caso de Frei Tito, que acabou se suicidando na França, em decorrência das seqüelas deixadas pelas torturas na prisão. BETTO, Frei. **Batismo de Sangue: A luta clandestina contra a ditadura militar – Dossiês Carlos Marighella e Frei Tito**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

Qualifica-se de 'subversiva' a pregação do Evangelho e se considera suspeito todo trabalho de grupos e comunidades, usando-se toda a máquina da propaganda dirigida para criar no povo massificado a imagem de uma Igreja infiel à sua missão, infiltrada de estranhas ideologias políticas. Classificam-se bispos desta Igreja, homens de fé e de comprovada fidelidade ao Evangelho, como comunizantes.<sup>78</sup>

Essa missão da Igreja era vista pelos militares como um desvirtuamento do real lugar que ela deveria ocupar, o qual seria ligado estritamente à vida espiritual<sup>79</sup>. Os militares faziam acusações diretas a respeito das ações da Igreja. O General Humberto de Souza Melo declarou:

Alguns sacerdotes (nacionais e estrangeiros) abandonaram a sua sagrada missão de evangelização para se dedicarem a atividades de natureza político-ideológica, sob o pretêxto de executar diretrizes sobre problemas sócio-político-econômicos contidas nas encíclicas papais.<sup>80</sup>

O catolicismo que os militares defendiam não era aquele Pós – Conciliar, mas sim o catolicismo tradicional que apoiava a moral, condenava o comunismo e procurava manter o 'status quo'.<sup>81</sup> Segundo Serbin

As análises do Dops – GB revelavam que a profunda suspeita contra a Igreja era gerada pelo extremismo anticomunista e também pela sensação de traição por parte do clero por ter abandonado o catolicismo tradicional e, portanto, os símbolos e as estruturas sociais brasileiras tradicionais. Como muitas autoridades militares, civis conservadoras e jornalistas de direita, a polícia teve dificuldade em compreender, ou rejeitou logo de saída, a nova ênfase da Igreja na justiça social e em outras inovações.<sup>82</sup>

A Igreja procurava se defender das acusações dos militares sobre a maneira como ela conduzia suas ações. A explicação dos bispos era baseada nos posicionamentos lançados pelo Concílio Vaticano II e procurava demonstrar que a Igreja devia estar atenta e agindo de acordo com os acontecimentos do mundo que vivia. Segundo o Dossiê Igreja - Governo:

<sup>78</sup> Carta ao Sr. Núncio Apostólico. **SEDOC**. Petrópolis, nº 5, p. 93, jul. 1972.

<sup>79</sup> Dossiê Igreja-Governo. Significado de um Documento. **SEDOC**. Petrópolis, nº 2, p. 46, jul. 1969.

<sup>80</sup> Folha de São Paulo, São Paulo, 27 dez. 1968. apud Dossiê Igreja-Governo. Significado de um Documento. **SEDOC**. Petrópolis, nº 2, p. 44, jul. 1969.

<sup>81</sup> BRUNEAU, Thomas. Op. Cit, 1979. p.

Há uma discrepância entre a mentalidade da Igreja e a mentalidade dos Militares sobre a interpretação da assim chamada 'vida espiritual'. A missão da Igreja de fato é a vida espiritual dos homens, mas esta vida não é algo abstrato, de separado com a vida terrena, algo que nos faça viver num outro mundo. Vida espiritual ou vida de fé significa a nossa vida terrena aberta aos valores supremos, escatológicos, transcendentais, mas é sempre a realidade humana, vivida nesta terra, assumindo toda a problemática temporal e levando-a à realização da entrega de Cristo. A fé não aliena; ao contrário, engaja o homem na realização do Reino de Deus que inicia aqui na terra e assume todos os valores terrestres.<sup>83</sup>

A justiça social era entendida pela Igreja como uma tentativa de modificar a sociedade e deixá-la mais igualitária, a partir da defesa dos direitos humanos e democráticos. Essa justiça social estaria baseada na leitura do Evangelho e dos documentos lançados pelo Papa, como a encíclica 'Populorum Progressio'. Para os militares esta justiça social era vista como subversão pelo fato de modificar o status quo que vinham defendendo<sup>84</sup>. Nas palavras da Igreja:

Como ressalta de todos estes fatos, a igreja é acusada em nome dos próprios princípios do evangelho, dando-se uma *interpretação errada* da ação de bispos e sacerdotes em favor da justiça social.<sup>85</sup>

A Igreja defende que as falsas interpretações a respeito das suas atitudes, por parte dos militares, é que desgastam ainda mais as suas relações com o governo militar. De acordo com seu posicionamento:

É esta interpretação, que muitas vezes parece propositada, que origina a maioria das acusações e fatos sumamente desagradáveis que perturbam profundamente as relações Igreja-Estado.<sup>86</sup>

Para reagir dos ataques dos militares que estavam sendo feitos contra a Igreja, a instituição católica se fortaleceu em três pontos principais: 1) os Bispos defendiam os Direitos Humanos e denunciavam as torturas; 2) a Igreja começou a propor mudanças sociais e ideológicas, que eram diferentes das propostas pelos militares e; 3) havia um sentimento de resistência dos Bispos, que

---

<sup>82</sup> SERBIN, op. cit, p. 117.

<sup>83</sup> Dossiê Igreja-Governo. Significado de um Documento. **SEDOC**. Petrópolis, nº 2, p. 46, jul. 1969.

<sup>84</sup> SERBIN, op. cit, p. 239.

<sup>85</sup> Dossiê Igreja-Governo. Significado de um Documento. **SEDOC**. Petrópolis, nº 2, p. 45, jul. 1969.

se organizavam para evitar a repressão contra eles e outras pessoas.<sup>87</sup>

Entre 12 e 20 de setembro de 1969, a Comissão Central da CNBB, esteve reunida no Rio de Janeiro e ao fim do encontro lançou um documento no qual sintetizou a posição da Igreja a respeito dos acontecimentos que vinham se desenrolando no país. Nesta declaração percebe-se a defesa dos pontos acima mencionados: direitos humanos, mudanças sociais e ideológicas, e, resistência:

(...) defendemos uma posição da Igreja: a) Consciente de seu papel perante a História, sem qualquer vínculo de ordem política, mas revestida de atitude pastoral; b) em permanente estado de revisão interna e de análise objetiva dos acontecimentos nacionais; c) aberta ao diálogo dentro de si mesma e nas suas relações com o mundo de hoje; d) disposta à cooperação, toda vez que estiver em jogo o interesse do bem comum; e) empenhada no processo de desenvolvimento integral do país, como exigência da justiça e da paz; f) colocada em posição de vigilância e firmeza, diante de todos os atentados contra a dignidade da pessoa humana.<sup>88</sup>

Devido ao constante ambiente de perseguição sofrida tanto pelos bispos, quanto por outros membros da Igreja, via-se um posicionamento firme nas declarações a respeito dos Direitos Humanos, que denunciavam as atitudes do governo militar. Na declaração do bispo Dom José Maria Pires, em comemoração ao dia da Paz, no ano de 1970, ele afirmava a posição da Igreja frente às torturas:

Condenamos essa outra manifestação de terrorismo que são as torturas físicas ou psicológicas infligidas a prisioneiros. A essa altura, ninguém mais pode negar o fato das torturas: eis que foram denunciadas tanto pela imprensa estrangeira como pela nacional.<sup>89</sup>

Para os bispos, as medidas tomadas pelos militares para manter a sociedade controlada, se baseavam no medo e na aplicação da repressão, que a seu tempo não garantiam o cumprimento dos direitos humanos. Segundo eles, as medidas repressivas baseadas no medo só poderiam levar a uma dificuldade de diálogo e à clandestinidade.<sup>90</sup>

---

<sup>86</sup> Dossiê Igreja-Governo. Significado de um Documento. **SEDOC**. Petrópolis, nº 2, p. 45, jul. 1969.

<sup>87</sup> SERBIN, op. cit, p. 123.

<sup>88</sup> Declaração. **SEDOC**. Petrópolis, nº 2, p. 640, nov. 1969.

<sup>89</sup> Dia da Paz. **SEDOC**. Petrópolis, nº 2, p. 1008, fev. 1970.

<sup>90</sup> Dossiê Igreja-Governo. Significado de um Documento. **SEDOC**. Petrópolis, nº 2, p. 52, jul. 1969.

A partir de vários documentos, a Igreja passou a denunciar a propaganda do regime, suas medidas autoritárias, o que fez com que a instituição católica se tornasse uma das mais importantes de oposição ao regime militar. Devido a isso ela passou a ser observada de perto pelo militares e as medidas repressivas contra ela aumentaram consideravelmente, o que levou à prisão de muitos padres e leigos envolvidos diretamente nos movimentos católicos. Além da prisão, muitos foram torturados, denegridos, expulsos do país e, em alguns casos, mortos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi restrito, por sua natureza de monografia de conclusão de graduação, deixou para trás muitas lacunas, muitas análises término, muitas fontes primárias sem investigações. Mas, pretendemos estendê-lo e aprofundá-lo em novas pesquisas que se seguirão.

Objetivo expor, não uma conclusão definitiva de minha pesquisa, pois sei que não seria o melhor caminho a ser seguido, mas um levantamento das questões que estiveram em discussão ao longo dos capítulos.

No primeiro capítulo a intenção foi realizar um levantamento historiográfico dos anos do regime militar, no Brasil, 1964 – 1985. Enfatizando como foi a chegada dos militares ao governo e como se mantiveram nele. O período que foi de grande importância para o nosso trabalho corresponde aos anos de Presidência do General Emílio Garrastazú Médici. Segundo a historiografia seu mandato pode ser associado ao momento de maior repressão à oposição durante os anos militares. Várias pessoas foram presas, torturas, e muitos desapareceram nos quartéis. Ao mesmo tempo em que a repressão ganhava vultos, havia uma tentativa, por parte do governo, em demonstrar que economicamente o país ia muito bem. Mas, para o povo trabalhador, a realidade era de redução de salários e aumento das desigualdades.

Este capítulo, apesar de realizar uma contextualização com base no que já foi escrito e divulgado sobre o período, ajuda ao leitor à entender o regime militar brasileiro e suas particularidades.

No segundo capítulo nosso objetivo foi identificar as transformações pelas quais a Igreja Católica estava passando e que moldaram seus posicionamentos nos anos de nosso recorte. Como central temos que demonstrar que a chave das mudanças foi a realização do Concílio Vaticano II, nos anos de 1962 – 1965, onde ficou claro que a ênfase da Igreja Católica seria dada à participação do leigo, chamado de ‘povo de Deus’. Deste ponto seguiriam os outros, como por exemplo, a defesa dos Direitos Humanos e o diálogo, tanto entre a própria Igreja, quanto com outras ‘fés’. Na América Latina, o Concílio foi colocado em prática a partir das discussões que foram realizadas na Conferência Episcopal

Latino-Americana, em Medellin.

No terceiro capítulo, tivemos a pretensão de demonstrar como se deu o conflito Igreja – Estado. Conflito este que não era assumido abertamente pelas duas instituições. Havia a tentativa de ambos os lados em demonstrar que existia um sentimento de cooperação entre os militares e os bispos. Mas, na prática, as relações eram tensas, mediadas por acusações dos bispos, que defendiam o diálogo, os direitos humanos, o fim das torturas; ao mesmo tempo os militares mantinham a repressão, através de perseguições, prisões, torturas. Não chegou a existir, durante o período, um conflito escancarado entre a Igreja e o Estado, mas não se pode negar uma tensão entre as instituições.

Penso que este trabalho, poderá suscitar outra discussão para o futuro: como as rupturas dentro da instituição católica decorrente das investidas do Estado contra a instituição. Percebendo a Igreja como uma instituição heterogênea, a maneira como o conflito foi visto, ganhou vários enfoques diferentes de acordo com a tendência dos bispos. Mas, essa é uma questão que irá ser explorada em trabalhos futuros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Memento dos vivos: a Esquerda Católica no Brasil**. Rio de Janeiro: Tempos Brasileiros, 1966.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. “Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição da classe média ao regime militar”. In: NOVAES, Fernando A.; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. vol. 4.

ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

\_\_\_\_\_. **O Cristo do Povo**. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.

\_\_\_\_\_. **Tortura e Torturados**. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.

\_\_\_\_\_. **68 mudou o mundo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964 – 1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

ARNS, D. Paulo Evaristo. **Da Esperança à utopia – Testemunho de uma vida**. Rio de Janeiro: Sextante, 2001.

Arquidiocese de São Paulo. **Projeto Brasil: Nunca Mais – um relato para a história**. 19ª Ed Petrópolis: Vozes, 1986.

ÁVILA, Fernando Bastos de. **Igreja e Estado no Brasil: perspectivas e prospectivas**. São Paulo: Loyola, 1986.

BARROS, José D’Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. 5ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BARROS, Raimundo Caramuru de. **Uma Igreja em Renovação**. Petrópolis: Vozes, 1967.

BERNAL, Sérgio. **CNBB – da Igreja da Cristandade à Igreja dos pobres**. São Paulo: Loyola, 1989.

BETTO, Frei. **Batismo de Sangue: A luta clandestina contra a ditadura militar – Dossiês Carlos Marighela e Frei Tito**. 12ª ed. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

\_\_\_\_\_. **Das Catacumbas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BRUNEAU, Thomas. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

BRUNEAU, Thomas. **Religião e politização no Brasil: a Igreja e o regime autoritário**. São Paulo: Loyola, 1979.

CALLIARI, Ivo. **D. Jaime Câmara – Diário do IV Cardeal arcebispo do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 1996.

CASTRO, Marcos. **Dom Hélder - Misticismo e Santidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. **64: conflito Igreja X Estado**. Petrópolis: Vozes, 1984.

COUTROUT, Aline. Religião e Política. In: RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed UFRJ/ FGV, 1996. PP. 331 – 363.

D'ARAÚJO, M. Celina; SOARES, Gláucio A. D; CASTRO, Celso (orgs). **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_. **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

DELLA CAVA, Ralph. **Igreja e Estado no Brasil no Século XX**. Estudos Cebrap. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências. n. 12. 1975.

DELLA CAVA, Ralph. A Igreja e a Abertura, 1974-1985. In: KRISCHKE, Paulo J. e; MAINWARING, Scott. (Orgs.) **A Igreja nas bases em tempo de transição. (1974-1985)**. Porto Alegre: L&PM, 1986. p. 16.

DELLA CAVA, Ralph (org). **A Igreja em flagrante – Catolicismo e sociedade na imprensa brasileira, 1964 – 1980**. Cadernos do Instituto de Estudos da Religião, ISER, 17, ed. Esp. Rio de Janeiro: ISE/ Marco Zero, 1985.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FÉLIX, Loiva Otero e; SILVEIRA, Daniela Oliveira. **Escrevam porque as ditaduras não duram para sempre**. Passo Fundo: UPF, 2004.

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HERMANN, Jacqueline. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FERREIRA, Jorge e; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Trad. Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

MORAES Jr., D. Antonio de Almeida. **A Igreja e o comunismo**. Petrópolis, Vozes, 1962.

OLIVEIRA, Plínio Correia de. **A Igreja ante a escalada da ameaça comunista. Apelo aos bispos silenciosos**. São Paulo: Vera Cruz, 1976.

PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira; SOUZA, Beatriz M. de; CAMARGO, Cândido Procópio F. de. "Igreja Católica de 1945 -1970". In: FAUSTO, Boris (org). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Difel, 1986. v.11.

PRANDINI, Fernando; PETRUCCI, Vitor A.; DALE, O.P., frei Romeu (orgs). **As relações Igreja-Estado no Brasil**. São Paulo: Centro de Pastoral Vergueiro (CPV) / Loyola, 1987. 6 vols.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. Sá (orgs). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964 – 2004)**. Bauru: Editora da Edusc, 2004.

REZENDE, Maria José. **A Ditadura Militar no Brasil: Repressão e Pretensão de legitimidade (1964-1984)**. Londrina: EDUEL, 2001.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945 – 1964) – 2ª ed. – Passo Fundo: Editora da UPF, 2003.**

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra – Bispos e Militares, Tortura e Justiça Social na Ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SIGAUD, D. Geraldo de Proença. **Catecismo anticomunista**. 3ª ed. São Paulo: Vera Cruz, 1963.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. **Dom Paulo Evaristo Arns – Um homem amado e perseguido**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.